

GUINÉ EQUATORIAL

REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL

Chefe de Estado: **Teodoro Obiang Nguema Mbasogo**

Chefe de Governo: **Teodoro Obiang Nguema Mbasogo**
(substituiu Ignacio Milán Tang em maio)

A versão emendada da Constituição que aumentou os poderes do presidente foi promulgada em fevereiro. Foi nomeado um governo de transição até às eleições de 2013. Houve relatos de homicídios por parte de soldados. Defensores dos direitos humanos, bem como ativistas políticos e críticos do governo, foram perseguidos e detidos arbitrariamente. Alguns detidos foram sujeitos a tortura. Um prisioneiro de consciência e pelo menos 20 presos políticos foram libertados após um perdão presidencial. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa continuavam a ser limitadas.

Antecedentes

A versão emendada da Constituição, que tinha sido aprovada em referendo em novembro de 2011, foi promulgada em fevereiro. Em maio, ao abrigo da nova Constituição e até às eleições no início de 2013, foi designado um governo interino que incluía 12 membros da família do presidente Obiang Nguema. Embora não esteja previsto na Constituição, o presidente nomeou o filho mais velho, Teodoro “Teodorín” Nguema Obiang, como segundo vice-presidente.

Em março, juízes de instrução em França emitiram um mandado internacional para a detenção de “Teodorín” Nguema Obiang no contexto de uma investigação ao desvio de fundos públicos e lavagem de dinheiro. Em agosto, a polícia francesa confiscou a sua residência em Paris, alegando que teria sido comprada com dinheiro desviado da Guiné Equatorial. Em setembro, o governo da Guiné Equatorial pediu ao Tribunal Internacional de Justiça que obrigasse a França a encerrar uma investigação ao presidente daquele país e ao seu filho, a cancelar o mandado de captura do filho e devolver a propriedade apreendida. Em outubro, o Tribunal de Instrução de Malabo emitiu uma ordem de detenção do diretor da filial francesa da ONG

Transparency International, acusando-o de difamação e calúnia, de extorsão do Estado da Guiné Equatorial e de acumulação ilícita de riqueza.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos foram perseguidos e detidos por causa do seu trabalho e pelo envolvimento em atividades políticas pacíficas.

■ O defensor dos direitos humanos Wenceslao Mansogo Alo, médico e membro proeminente do partido político da oposição Convergência para a Democracia Social (CPDS), foi detido sem mandato na esquadra central de Bata, no território continental, a 9 de fevereiro. Wenceslao Mansogo Alo tinha feito voluntariamente uma declaração sobre a morte de uma mulher durante uma cirurgia na sua clínica privada, a 1 de fevereiro. A família da vítima tinha-o acusado de mutilar o corpo, embora dois relatórios da autópsia tenham confirmado que o corpo se encontrava intacto e que a mulher tinha morrido de ataque cardíaco. O na altura Ministro da Saúde afirmou que o ataque cardíaco tinha sido causado pela administração incorreta da anestesia. Apesar da ausência de provas e sem acusação formada, o juiz de instrução ordenou a detenção de Wenceslao Mansogo. Vários tribunais rejeitaram os recursos interpostos pelos seus advogados contra a sua detenção. Em maio, foi condenado por negligência profissional a três anos de prisão, bem como ao pagamento de indemnização. Foi libertado em junho na sequência de um perdão presidencial. Em novembro, foi apresentado um recurso ao Supremo Tribunal contra a condenação e sentença, mas até ao final do ano não tinha sido emitido qualquer veredito.

Detenções arbitrárias

Registaram-se detenções arbitrárias de opositores suspeitos, incluindo por não comparecerem nas celebrações de agosto do aniversário da tomada de poder do presidente Obiang. Na sua maioria, os opositores foram libertados sem qualquer acusação ao fim de alguns dias ou semanas. Vários foram torturados ou sujeitos a outras formas de maus-tratos.

■ Florentino Manguire Eneme, um antigo parceiro de negócios do filho mais velho do presidente Obiang, “Teodorín” Nguema Obiang, foi preso na esquadra central de Bata, a 11 de agosto, na

sequência de uma notificação por telefone para comparecer na esquadra. Foi acusado de fornecer a terceiros documentos relacionados com os negócios de “Teodorín” Nguema. Dois dias depois, foi transferido para Malabo, tendo sido mantido na esquadra central até ser libertado sem acusações a 23 de agosto.

■ A polícia deteve Agustín Esono Nsogo na sua casa em Bata, a 17 de outubro, pelas 23 horas, sem qualquer mandato. Foi mantido em regime de isolamento na prisão de Black Beach durante pelo menos uma semana, tendo sido torturado em três ocasiões, aparentemente como forma de o forçar a confessar uma conspiração destinada a destabilizar o país. A sua detenção só foi tornada legal um mês depois, muito além das 72 horas previstas na legislação nacional. Até ao final do ano, não tinha sido acusado de qualquer crime.

Cerca de 10 pessoas, incluindo familiares e amigos de Agustín Esono Nsogo, foram posteriormente detidas em Bata. Pelo menos três pessoas foram transferidas para a prisão de Black Beach, em Malabo, tendo sido libertadas sem qualquer acusação a 30 de outubro, juntamente com o advogado de Agustín Esono Nsogo, Fabián Nsue, que tinha sido detido sem mandato a 22 de outubro na prisão de Black Beach, onde tinha ido visitar um cliente que fora preso na semana anterior.

Desaparecimentos forçados

Antonio Lebán, um membro das Forças Especiais do Exército, foi detido em Bata pouco depois de 17 de outubro, e nunca mais houve notícias do seu paradeiro. A sua detenção parece estar ligada à de Agustín Esono Nsogo.

Execuções extrajudiciais

Segundo relatos, soldados e polícias levaram a cabo execuções extrajudiciais.

■ Blas Engó foi morto a tiro, alegadamente à queima-roupa, por um soldado fora da prisão de Bata, quando tentava escapar juntamente com outros 46 prisioneiros, na noite de 14 de maio.

■ Em maio, um oficial militar em Bata matou a tiro Oumar Koné, um maliano, por este ter recusado pagar um suborno num rotineiro bloqueio de estrada.

Liberdade de expressão – jornalistas

A imprensa continuava sob controlo estatal e as críticas não eram permitidas. Em meados de outubro, um programa da rádio nacional foi interrompido e suspenso indefinidamente quando transmitia uma entrevista com uma mulher representante de 18 famílias que tinham sido desalojadas à força das suas casas em Bata. A mulher tinha criticado o presidente do Supremo Tribunal por alegado envolvimento na disputa.

Prisioneiros de consciência

Um prisioneiro de consciência e outros 20 presos que poderão ter sido prisioneiros de consciência foram libertados após um perdão presidencial em junho.